



clear

CORRETORA DE VALORES

eBook

Renda Fixa





1

LCI E LCA

A LCI (Letra de Crédito Imobiliário) e a LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) são dois tipos de investimento em renda fixa, que costumam ter retornos bem superiores ao da caderneta de poupança. Do ponto de vista do investidor, não faz muita diferença investir em LCI ou LCA – geralmente é melhor optar pelo papel mais rentável.

A LCI é um título de renda fixa emitido por um banco e lastreado por empréstimos imobiliários. Os títulos podem ter rentabilidade pré ou pós-fixada – ou seja, o investidor pode saber exatamente quanto vai receber durante o tempo de aplicação ou então terá um retorno que flutuará de acordo com as taxas de juros praticadas no mercado.

No caso das LCI pós-fixadas, o investidor receberá um percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) negociado com a instituição que emite o título. O CDI costuma oscilar bem próximo à Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira, fixada pelo Banco Central a cada 45 dias. Normalmente, quanto maior o prazo e o valor da aplicação, maior o percentual do CDI pago aos investidores. Já no caso das LCI prefixadas, o investidor fica sabendo no momento da aplicação qual será seu rendimento, independentemente da oscilação do CDI no período.

Uma das grandes vantagens desse investimento em LCI é o fato dela ser garantida pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito) até o limite de R\$ 250 mil. Isso quer dizer que, caso a instituição bancária onde você investe tenha problemas e, na pior das hipóteses, “quebre”, o FGC garante até este limite aplicado. Portanto, é como se o investidor contasse com um “seguro” contra perdas. É a mesma segurança que tem a caderneta de poupança. Para quem quer investir mais do que R\$ 250 mil, a dica é optar por vários títulos de instituições diferentes. Assim, o investidor poderá garantir um retorno mais elevado em um investimento cujo risco continuará muito baixo, graças ao FGC.

1.1.1

Como Investir?

- 1)** Escolha um banco ou corretora autorizada a intermediar a compra e venda de LCI - Os bancos geralmente vendem as LCI emitidas pela própria instituição. Já muitas corretoras distribuem LCI de vários bancos – então a chance de encontrar papéis mais rentáveis é maior.
- 2)** Pesquise o tipo de título que vai comprar - Existem as LCI prefixadas e as pós-fixadas. Compare e veja qual se adequa melhor a suas necessidades e qual oferece uma remuneração mais atrativa. As LCI prefixadas são mais difíceis de encontrar no mercado e valem a pena se os juros caírem ao longo do período de aplicação. Como isso é muito difícil de prever, geralmente os papéis pós-fixados são mais interessantes.
- 3)** Respeite o limite de R\$ 250 mil - A garantia do FGC se limita a aplicações de até R\$ 250 mil por instituição financeira. Por isso, respeite esse limite para investir com mais segurança. Caso queira investir mais do que isso em LCI, opte por dividir o dinheiro entre instituições financeiras diferentes.



1.1.2

Custos

Pode ou não haver cobrança de taxa de custódia. Geralmente a corretora não cobrará essa taxa se o cliente já investir em ações ou em outros produtos financeiros.

1.1.3

Riscos

Crédito - A LCI tem o risco de crédito. Ou seja, em caso de “quebra” do banco que emitiu o título, os investidores podem perder dinheiro. Entretanto, o fato deste investimento ser garantido pelo FGC até R\$ 250 mil traz uma grande segurança para o investidor que respeitar esse limite.

Liquidez - O título só pode ser resgatado no vencimento e o dinheiro não poderá ser movimentado até lá. Por isso é sempre importante adequar a aplicação ao seu objetivo. Se você está investindo para comprar um carro daqui a um ano, por exemplo, escolha um papel com vencimento em um ano.



Do ponto de vista do investidor, não há diferença entre investir em LCI ou LCA – o que muda é o lastro do papel. As LCA (Letras de Créditos do Agronegócio) são títulos emitidos por bancos garantidos por empréstimos concedidos ao setor de agronegócio. Esses títulos foram criados pelo governo com objetivo de ampliar os recursos disponíveis ao financiamento agropecuário.

A rentabilidade da LCA pode ser definida por taxa de juro pré ou pós-fixada. No caso da LCA prefixada, o investidor sabe qual será a remuneração no momento da compra do título. Já quando adquire uma LCA pós-fixada, a rentabilidade geralmente é baseada em um percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), quem por sua vez, oscila sempre muito próximo da Selic (Taxa Básica de Juros). Isso quer dizer que, no caso da LCA pós-fixada, quanto mais alta estiver a Selic, maior será a rentabilidade do título, e vice-versa.

A LCA também é garantida pelo FGC até o limite de R\$ 250 mil, em caso de “quebra” do banco emissor. Para quem quiser investir mais do que R\$ 250 mil em LCA, a dica é aplicar em títulos de instituições diferentes, garantindo segurança com um retorno elevado.

1.2.1

Como investir?

- 1)** Escolha um banco emissor ou corretora autorizada a intermediar a compra da LCA - O banco geralmente só distribui LCA emitida por ele mesmo e exigirá a abertura de uma conta na instituição. As corretoras geralmente distribuem LCA de diferentes emissores – a concorrência entre esses bancos pode ser fundamental para você conseguir uma taxa de juros mais atrativa.
- 2)** Pesquise o tipo de título que vai comprar – Existe LCA pré ou pós-fixada. No caso de LCA pós-fixada, é importante ver qual é o percentual do CDI pago ao investidor. Títulos prefixados são mais difíceis de encontrar e são indicados apenas a quem aposta em queda dos juros ao longo do período de aplicação.
- 3)** Fique atento em relação ao prazo de vencimento - Os prazos variam de acordo com as características de cada LCA e, normalmente, quanto maior o prazo de vencimento, maior a rentabilidade. Mas atente-se ao fato de que geralmente esses papéis não têm liquidez diária e só permitem o resgate na data do vencimento.

1.2.2

Custos

Pode ou não haver cobrança de taxa de custódia, mas muitas corretoras não vão cobrar nada se você também já investir em ações ou em outros produtos financeiros.

1.2.3

Riscos

Crédito - A LCA tem o risco de crédito, em caso de “quebra” do banco que emitiu o título. Entretanto, o fato deste investimento ser garantido pelo FGC até R\$ 250 mil traz maior segurança para o investidor que respeitar esse limite. É bastante recomendável que um investidor que tenha R\$ 400 mil para investir, divida os recursos entre dois bancos diferentes (R\$ 200 mil em cada um).

Liquidez - A LCA normalmente só pode ser resgatada no vencimento do título. Por isso, caso tenha algum imprevisto e precise do dinheiro com urgência, o investidor não poderá usá-lo e terá de busca outra forma de levantar recursos.





2

CDB

O CDB (certificado de depósito bancário) é um título que os bancos emitem para se capitalizar - ou seja, conseguir dinheiro para financiar suas atividades de crédito. Portanto, ao adquirir um CDB, o investidor está efetuando uma espécie de “empréstimo” para a instituição bancária em troca de uma rentabilidade diária.

Existem três tipos principais de CDB: o prefixado, o pós-fixado e os que pagam juros mais um índice de inflação. No primeiro, o investidor negocia com o banco uma taxa predefinida e, durante a vigência daquele título, receberá sempre a remuneração que foi acordada.

Outro tipo de CDB é aquele cuja remuneração varia de acordo com um índice de inflação (principalmente o IPCA) e uma taxa de juros prefixada. Então o investidor pode ganhar, por exemplo, IPCA mais 7% ao ano para comprar e segurar o papel.

O tipo mais comum de CDB, no entanto, é o pós-fixado. Neste caso, a rentabilidade do investimento é baseada em alguma taxa de referência. A principal delas é o CDI (certificado de depósito interbancário), que está sempre muito próxima da Selic (taxa básica de juros).

Isso quer dizer que, ao comprar um CDB pós-fixado, você terá uma rentabilidade parecida com a Selic. Mas é preciso se atentar ao seguinte: o percentual que será pago do CDI não é fixo e pode variar de banco para banco, dependendo do valor investido e da negociação efetuada. Existem instituições que oferecem uma rentabilidade de 80% do CDI enquanto outras chegam a pagar 120% do CDI, por exemplo. Por isso, a dica é pesquisar antes de decidir por uma ou outra aplicação.

Outro ponto importante e que deve ser levado em consideração na hora de optar por um CDB é o fato de esta aplicação ser garantida pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito) até o limite de R\$ 250 mil. Caso o banco emissor do CDB quebre, o investidor tem a segurança de ter até este valor garantido pelo fundo. Mas atenção: caso você tenha mais dinheiro, o ideal é dividir os recursos entre diferentes instituições financeiras de forma que nunca tenha mais de R\$ 250 mil aplicados em papéis de uma mesma instituição financeira.

- 1)** Escolha um banco emissor do CDB - Você não precisa necessariamente comprar um CDB do banco onde tem conta. Pesquise os bancos que oferecem a maior remuneração. Algumas corretoras possuem plataformas de distribuição de CDB de diversos bancos, o que facilita a pesquisa. Encontrar a melhor taxa pode fazer uma grande diferença no longo prazo.
- 2)** Pesquise o tipo de título que vai comprar - Você pode escolher entre CDB pré e pós-fixado ou indexado a um índice de inflação. Os prefixados são indicados quando a taxa de juros está alta, mas com tendência de queda. Já os pós-fixados são indicados para quando a tendência da taxa é subir ou permanecer alta. Já o CDB que paga um índice de inflação mais juros é indicado para quem quer proteger o poder de compra no longo prazo e ainda obter um ganho real.
- 3)** Negocie a taxa - O retorno dos investidores costuma variar com o tamanho do banco (os maiores pagam menos) e a necessidade de captação de recursos dessa instituição financeira. É importante sempre negociar a taxa de remuneração com o banco antes de definir a compra de um título. E se o banco quiser pagar menos de 95% do CDI pela aplicação, costuma ser mais interessante emprestar dinheiro ao governo e comprar LFT pelo Tesouro Direto, com um risco menor.
- 4)** Respeite o limite de R\$ 250 mil - A garantia do FGC se limita a aplicações de até R\$ 250 mil por instituição financeira. Por isso, respeite esse limite para investir com mais segurança. Caso queira investir mais do que isso, divida seu dinheiro entre bancos diferentes.

2.2

Custos

Uma das principais vantagens do CDB é que não é cobrada nenhuma taxa para essa aplicação, ao contrário de fundos DI ou Tesouro Direto, por exemplo. Mas o investidor terá de pagar IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para aplicações de menos de 30 dias.

Outro tributo, este obrigatório para todos os casos de investimento em CDB, é o Imposto de Renda. A alíquota varia de acordo com o prazo da aplicação.

2.3

Riscos

Crédito - Um dos principais riscos do CDB é o de crédito, ou seja, de a instituição bancária “quebrar” e ficar sem recursos para pagar o valor aplicado ao investidor. Entretanto, esse tipo de aplicação é garantido pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito) até o limite de R\$ 250 mil. Ou seja, para aplicações de até este valor, o investidor pode aplicar sem grandes receios.

Liquidez - Nem todos os CDBs possuem liquidez diária. Isso quer dizer que o investidor pode ter de esperar o término do prazo de carência para resgatar os recursos. Nesses casos, entretanto, geralmente o retorno é mais interessante.

Se você não sabe quanto tempo poderá deixar o dinheiro investido, é arriscado abrir mão da liquidez diária. Nesses casos, uma solução interessante é investir em um tipo de CDB conhecido como escalonado ou progressivo. Esse título de renda fixa garante liquidez diária, mas, ao mesmo tempo, prevê o aumento da remuneração à medida que o prazo de investimento fica maior.

A man in a grey blazer and blue jeans is sitting on a dark grey sofa, reading a book. The background is a dark, modern interior with large windows and geometric patterns. A large white number '2' is enclosed in a thin white circle in the upper left corner.

2

TESOURO DIRETO

O Tesouro Direto é um programa de negociação de títulos públicos a pessoas físicas por meio da internet. Para o pequeno investidor, o Tesouro Direto é considerado uma opção de investimento de baixo custo e segura, já que os títulos públicos são considerados os ativos com menor risco em uma economia.

Como investir?

- 1)** Cadastre-se no site do Tesouro Direto e abra uma conta em uma corretora de valores - O processo é simples e não toma muito tempo. Caso você já tenha conta em corretora, fica ainda mais fácil.
- 2)** Analise o prazo do título que pretende comprar - É importante que o prazo do título esteja relacionado com seu objetivo para a aplicação. Se estiver juntando dinheiro para comprar uma casa ou se aposentar, por exemplo, prefira títulos com prazos de vencimento mais longos. Assim, é possível conseguir uma rentabilidade mais elevada. Mas evite títulos longos se o saque do dinheiro estiver programado para daqui a poucos meses porque, quando resgata um papel antes do vencimento, o investidor corre o risco de mercado.
- 3)** Acompanhe o desempenho - Dependendo do título, pode valer a pena vender antes do vencimento com rentabilidade maior. É interessante ficar de olho na rentabilidade com certa frequência e aproveitar bons momentos de saída.
- 4)** O Tesouro disponibiliza reinvestimento automático e compra programada - As funcionalidades do Tesouro Direto devem ser utilizadas principalmente pelos investidores de longo prazo e que comprem títulos periodicamente.
- 5)** Resgates diários - Um investidor que compra um título com vencimento em 2030 não precisa esperar até lá se quiser pegar seu dinheiro de volta. O Tesouro Nacional recompra os papéis em poder do público todos os dias úteis.

Os três tipos de títulos mais populares entre as pessoas físicas são:

Tesouro Prefixado (LTN) - Título com rentabilidade definida (prefixada) no momento da compra.

Este tipo de título possui taxa predefinida no momento da compra. Isso quer dizer que, ao adquirir um Tesouro Prefixado, o investidor já sabe, na hora, qual será a taxa de juros paga no final do período de aplicação.

Assim, este título é indicado principalmente quando a taxa de juros está alta, mas existe a tendência de que ela recue. Desta forma, o investidor “trava” a sua rentabilidade com a Selic elevada, e, depois, mesmo que ela caia, vai receber aquela rentabilidade maior ao final do prazo do investimento.

Tesouro Selic (LFT) - Título com rentabilidade diária vinculada à taxa Selic

Ao investir em um título Tesouro Selic, o investidor não sabe exatamente qual será a sua rentabilidade no final do período. Isto porque ela vai depender da variação da taxa básica de juros. Se a Selic subir, a tendência é que a remuneração seja maior, e vice-versa.

Por isso, este título é mais indicado em caso de expectativa de que a taxa de juros suba ou permaneça em um patamar elevado – assim, a remuneração também será mais atrativa. Para investidores que não acompanham o mercado e podem precisar resgatar o dinheiro a qualquer momento, esse também é o título mais indicado.

Tesouro IPCA + (NTN-B) - Títulos com rentabilidade vinculada à variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo, que mede a inflação “oficial” do país), acrescida de juros

Assim como no caso do Tesouro Selic, o investidor que compra um título Tesouro IPCA + não sabe exatamente qual será a sua remuneração no final do período de validade do título, já que a rentabilidade é baseada no IPCA, um índice de inflação que flutua todos os meses.

Este tipo de título é indicado para quando existe a expectativa de que a inflação aumente, pois assim o investidor não só protege seu patrimônio como ainda pode ganhar poder aquisitivo.

3.3

Custos

A Taxa de custódia é cobrada pela BM&FBovespa sobre o valor dos títulos, referente aos serviços de guarda dos títulos e às informações e movimentações dos saldos. A taxa é cobrada semestralmente e representa o equivalente a 0,3% ao ano.

Existe também a Taxa de custódia, cobrada pelos agentes de custódia e livremente acordadas com os investidores. São taxas cobradas pelas corretoras. É importante o investidor pesquisar o valor dessa taxa antes de investir, pois elas costumam ter uma grande variação.

Como em qualquer aplicação de renda fixa sem isenção, sobre os ganhos com títulos do Tesouro Direto também são cobrados impostos. O IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) é devido apenas quando o prazo da aplicação for inferior a 30 dias. Já o Imposto de Renda é sempre obrigatório. A alíquota é de 22,5% do lucro para rendimentos/ganhos de capital que caíam antes de 180 dias; 20% para 181 a 360 dias; 17,5% para 361 a 720 dias e 15% para investimentos de 721 dias ou mais.

3.4

Riscos

Crédito - Os títulos emitidos pelo governo são considerados os ativos mais seguros do mercado. Por isso, apesar de existir, o risco de crédito dos títulos públicos é considerado muito baixo.

Mercado - Os títulos públicos também possuem volatilidade (alguns mais do que outros) e o preço do título pode oscilar durante o período da sua validade. Assim, se o investidor precisar resgatar o papel antes do vencimento, pode conseguir um valor menor ou maior do que o aplicado, dependendo da oscilação do título. Um título Tesouro IPCA + (NTN-B), por exemplo, tende a registrar queda no valor de face se os juros da economia aumentarem. Da mesma forma, o Tesouro Prefixado (LTN) perde valor unitário se os juros nominais subirem.

Os títulos públicos nem sempre são a aplicação de baixo risco mais interessante. Para momentos em que a Selic esteja em 7,25% ao ano, por exemplo, a “velha poupança” tem um rendimento líquido superior ao do Tesouro Selic (LFT). Fundos DI que cobrem taxas de administração de até 0,3% também podem bater o Tesouro Selic, o título do Tesouro Direto mais seguro. Os CDB de bancos que paguem mais de 100% do CDI também podem ser mais interessantes – mas, nesse caso, é recomendável nunca investir mais de R\$ 250 mil em papéis de um único banco para contar sempre com a garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) em caso de quebra da instituição financeira.

O único título do Tesouro Direto com risco de mercado baixíssimo é o Tesouro Selic. O papel paga um rendimento equivalente à Selic (taxa básica de juros da economia brasileira) e é indicado para investidores mais conservadores. Em momento em que não há a expectativa de alta dos juros, os investidores com mais tolerância ao risco podem investir apenas o dinheiro da reserva de emergência em títulos Tesouro Selic.

O Tesouro IPCA + (NTN-B) é o papel ideal para poupar para a aposentadoria. Como esses títulos possuem vencimento muito longos (como 2035 ou 2050, entre outros), o investidor pode “casar” o prazo de vencimento do título com a data esperada para sua aposentadoria. Como pagam inflação mais juros, o investidor também garante um ganho real de poder aquisitivo ao longo dos anos.

O Tesouro Prefixado (LTN) é especialmente interessante quando os juros estão em um patamar muito alto. O investidor que compra Tesouro Prefixado nessas ocasiões consegue garantir uma taxa de juros atraente para seu investimento durante alguns anos. É importante lembrar que, se errar a aposta e os juros subirem ainda mais, o investidor terá perdas no curto prazo. Outro problema é que o Tesouro Nacional procura evitar a emissão de Tesouro Prefixado com prazos longos de vencimento quando a Selic está em um patamar muito elevado.

Títulos com cupom semestral - Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F) e Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (NTN-B) - pagam aos investidores juros a cada semestre. São indicados a quem planeja viver da renda desses papéis, já que, a cada seis meses, um montante de dinheiro cairá na conta. Para os demais, é mais fácil optar por títulos sem cupom - Tesouro Prefixado e Tesouro IPCA -, já que não será necessário ter o trabalho de reinvestir o cupom a cada seis meses. Outro problema é que o investidor paga IR no momento do recebimento do cupom. Em papéis sem cupom, esse montante pago à Receita Federal poderia continuar rendendo.



3

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA

Fundos de investimento são um conjunto de investimentos diferentes, em um mesmo pacote, em que cada investidor pode comprar uma cota. O gestor do fundo poderá montar a carteira com Ações, Títulos, Derivativos, Commodities, Moeda, etc. No caso do fundo de investimento de renda fixa, esses investimentos acontecem principalmente em títulos públicos e em alguns casos, títulos privados e derivativos de renda fixa.

A vantagem dos fundos é a possibilidade de acessar alguns ativos que são mais restritivos se comparados a quando está investindo sozinho. Além disso, todas as taxas cobradas, como as administrativas, por exemplo, são divididos proporcionalmente entre os investidores do fundo. Outra grande vantagem é que você terá uma carteira diversificada e contará com uma gestão profissional.

4.1

Como investir?

- 1)** Escolha um banco ou corretora autorizada a distribuir o fundo de investimento - O banco geralmente só distribui fundos da sua própria gestora de recursos e exigirá a abertura de uma conta na instituição. As corretoras geralmente distribuem fundos de diferentes gestores – a concorrência entre eles pode ser fundamental para você conseguir uma taxa de administração mais atrativa.
- 2)** Fique atento com o prazo para resgate de cada fundo. Existem fundos onde você consegue resgate no mesmo dia, assim como fundos com resgate a partir de 60 dias.

4.2

Principais Tipos de Fundos de Renda Fixa

Fundo de Curto Prazo - Pode aplicar exclusivamente em títulos públicos federais pré-fixados ou indexados à taxa SELIC, ou título indexados a índices de preços, sendo permitida a utilização de derivativos somente para proteção da carteira e a realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. São fundos com baixo risco, ideais para investimento de curto prazo.

Fundo referenciado - Deve identificar na denominação a referência do seu indicador de desempenho - que deve estar expressamente definido na denominação do fundo - em função da estrutura dos ativos financeiros integrantes da respectiva carteira. Também são considerados de baixo risco, porém indicados para investimentos com prazo mais longo.

Fundo de renda fixa - Deve possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, ao fator de risco que dá nome à classe (variação da taxa de juros doméstica ou de índice de inflação, ou ambos).

4.3

Custos

É cobrado para esses fundos uma Taxa de administração. E elas podem variar bastante dependendo do fundo que você investe. Busque fundos com taxas de administração mais baixas, principalmente se forem fundos de curto prazo ou referenciados, pois a taxa irá pesar bastante na rentabilidade.





Conteúdo desenvolvido em parceria com

